

A IDEIA DE REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE NELSON WERNECK SODRÉ, CAIO PRADO JÚNIOR E FLORESTAN FERNANDES

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a análise das contribuições de três “Intérpretes do Brasil” à temática da Revolução Burguesa, de seu início e de desenvolvimento no Brasil: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Debatendo um tema caro ao pensamento de esquerda, os três autores se aproximaram do pensamento e do método marxista, embora com diferentes graus de ortodoxia e com importantes diferenças em relação à descrição do fenômeno promovida por Marx e Engels. Este artigo tratará justamente destas diferenças, sendo a ideia de Revolução Burguesa e o debate que engendra relativo à ação burguesa no Brasil e à relação entre a burguesia e o Estado no sistema capitalista e no regime democrático ainda hoje essenciais na compreensão da realidade brasileira, justificando, portanto, a retomada destes autores.

Mariana Falcão Chaise
Doutoranda – Universidade de São Paulo (USP)
mariana.chaise@usp.br

INTRODUÇÃO

O Brasil foi terreno especialmente fértil para diversas correntes de explicação e de análise sobre a sua formação e seu desenvolvimento enquanto Estado, nação, economia e sociedade. Um país, portanto, que foi pensado em diversas vias, paralelas ou colidentes, formando um quadro complexo de narrativas. Aqueles pensadores que se destacaram como “Intérpretes do Brasil” ostentam, portanto, pela riqueza de suas obras, pela originalidade de seu pensamento, um título que foi possível a poucos em meio a vários grandes pensadores produzidos no país e também no exterior, pois foram muitos os brasilianistas que se aventuraram em desvendar – no campo da Economia, da Ciência Política, da Sociologia – os processos que levaram, hoje, a constituição de nossa realidade, os quais permitem antever um futuro possível.

Este título de “Intérprete”, segundo Ricupero (2011), cabe a autores que apareceram entre a Proclamação da República e o desenvolvimento pleno da Universidade, a partir dos anos de 1930, embora com alguns sucessores. Isso é devido ao fato de não ter havido uma preocupação específica em interpretar o Brasil logo após a nossa Independência, pois se fazia necessário – antes – criar nossas referências nacionais, engendrar nossa “emancipação mental”. Igualmente, uma investigação mais totalizante acerca do Brasil era bloqueada em vista das condições da sociedade de então, na qual o trabalho escravo era predominante e observava-se uma exclusão deliberada do tema da mão de obra do debate político e cultural. Após a consolidação da Universidade, na ponta oposta desta demarcação, o padrão de reflexão sobre o país foi alterado: os ensaios, que possibilitavam grande liberdade na definição do problema e grande criatividade nas hipóteses e teses, foi gradualmente substituído pelo estilo monográfico, mais afeito ao padrão acadêmico, porém com reverses, entre eles, a obliteração de uma realidade obviamente complexa.

O objetivo deste trabalho é analisar a contribuição de três destes “Intérpretes do Brasil” – dois deles que o são consensualmente, considerando-se a literatura especializada, e outro que, de certo modo, aparece mais obtusamente enquanto tal; respectivamente: Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Dada a amplitude da produ o destes três autores, nossa análise recairá sobre um ponto específico de suas obras, embora consideremos ser – para os três – ponto fundamental: a ideia de Revolu o Burguesa no Brasil, ideia cara ao pensamento de esquerda.

O tema da Revolu o Burguesa, seu caráter e sua explica o, foi uma das questões mais discutidas no país ao longo das décadas de 1930 a 1960, conjugada com a tese da sociedade de classes e da história como uma história de luta de classes. O resultado de diversas destas reflexões foi a visão de um Brasil atravessado por lutas sociais e perpassado por rupturas históricas. Dos autores comprometidos com essas ideias, os quais – obviamente – apontavam o projeto socialista como uma alternativa futura, se destacaram nossos três autores, além de outros notáveis pensadores: Astrogildo Pereira, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho (IANNI, 2000). A temática, claramente,   tributária do marxismo, de modo que tanto Florestan Fernandes, quanto Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré se apropriam do método marxista, do materialismo dial tico, para desenvolvê-la, embora em diferentes graus de ortodoxia. Diferenças fundamentais em rela o   descri o do fenômeno promovida por Marx e Engels – no entanto – foram percebidas e apontadas pelos três e a maneira pela qual os autores aqui trabalhados buscaram contornar essa disjun o entre teoria e empiria marca, em parte, as discrepâncias entre suas análises.

Para Marx e Engels, o modelo exemplar de Revolu o Burguesa era a Revolu o Francesa, aquela que concorreu para a elimina o de todos os vestígios da sociedade feudal, esta que criara os meios de produ o e de troca sobre os quais se edificariam os burgueses. A França, imediatamente antes da Revolu o, era a mais poderosa e a mais típica das velhas monarquias absolutas da Europa, de modo que o conflito entre os interesses estabelecidos pelo Antigo Regime e as novas forças sociais que ascendiam era e foi mais agudo na França que em qualquer outro lugar. A Revolu o Francesa marcou, portanto, a política e a ideologia do século XIX, e não diferentemente, o pensamento marxista, que buscou no movimento burguês de toda a Europa a semente da Revolu o Francesa, estando Marx e Engels especialmente preocupados com a impotência da burguesia alemã de produzir a sua própria revolu o naqueles moldes (HOBSEBAWN, 2009).

A Revolu o Burguesa marca o início da hegemonia da burguesia enquanto classe, assentando sua cosmologia de classe como cosmologia da sociedade e o capitalismo enquanto modo de produ o plenamente estabelecido, enquanto complexo sociocultural. A burguesia, neste modelo, concentrou em si os interesses de toda a sociedade, uma vez que “o proletariado e as camadas da popula o urbana que não pertenciam   burguesia ainda não tinham quaisquer

interesses separados dos da burguesia, ou ainda não constituíam classes ou setores de classe com desenvolvimento independente” (MARX, 1985[1848], p.49). Ao lutarem ao lado da burguesia, lutavam pela realização dos interesses burgueses. Tal significava, no entanto, o revolucionar de seu modo de vida, o revolucionar dos instrumentos de produção, portanto, das relações de produção, portanto, do conjunto das condições sociais (MARX, ENGELS, 1985[1848]):

A vitória da burguesia significava então o triunfo de um novo regime social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nação sobre o provincianismo, da concorrência sobre as corporações, da partilha sobre o direito de primogenitura, da submissão da terra ao proprietário sobre a submissão do proprietário à terra, da ilustração sobre a superstição, da família sobre a linhagem, da indústria sobre a negligência heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais (MARX, 1985[1848], p.50).

Esse conceito de “burguesia revolucionária”, porém, que possibilita e emerge da Revolução Burguesa, torna-se um conceito-chave na interpretação “etapista” do marxismo (apoiada nos resultados VI Congresso da III Internacional Comunista de 1928 e no pensamento stalinista), a qual, advogando que todas as sociedades passariam pelas mesmas fases históricas percorridas pela Europa Ocidental, buscava descobrir em determinados contextos “restos de um passado” ainda não superado. De tal maneira, a Revolução Burguesa e o desenvolvimento capitalista se tornariam uma preliminar histórica necessária à intervenção revolucionária autônoma do proletariado, bem como o feudalismo fora o resultado da dissolução do modo de produção antigo, escravista: o antigo, o feudal e o burguês se sucederiam na história, caracterizados por determinado tipo de relação entre os homens, por determinado tipo de exploração do homem pelo homem. Esse tipo de interpretação abundou em análises relativas à Ásia e à América Latina, que – sendo continentes vistos como “atrasados” – deveriam ainda desenvolver suas forças produtivas antes de atingir a etapa capitalista e antes de suas camadas proletárias reivindicassem o socialismo (BENOIT, 2004; LOWY, 1978).

De fato, nos anos 1960, um dos conceitos mais difundidos e utilizados pela literatura sociopolítica especializada era o de “burguesia nacional”, ou seja, uma burguesia nacionalista, que encabeçaria o setor moderno de nossa sociedade em vistas de um desenvolvimento verdadeiramente nacional e autônomo. Esse “mito mobilizador” de um projeto burguês nacional era levantado em círculos de esquerda, que defendiam este enquanto etapa prévia, dando origem a diversas teorias sobre alianças de classe necessárias à realização deste projeto (TRINDADE, 1986).

O marxismo, no entanto, enquanto uma teoria revolucionária, buscou associar teoria e prática. Por isso, para Marx e Engels, era necessário um método que não fosse dogmático. O materialismo dialético por eles desenvolvido considera que o “ser social” está determinado pelas condições materiais de existência em que os homens e mulheres vivem em sociedade; as “relações sociais”, portanto, são relações sociais e históricas e a economia não poderia ser dissociada de seu

contexto social e político (POLITZER, 2007[1971]). Em *Luta de Classes na Rússia* (2013) defendem – inclusive – que mesmo em vista da primitividade da sociedade burguesa russa, existiria a possibilidade de a propriedade comunal no país migrar diretamente para uma forma social superior, socialista, sem a necessidade dos estágio intermediário, da propriedade privada burguesa:

O período da comuna agrícola aparece como o período de transição da propriedade comum para a propriedade privada, como período de transição da forma primária para a forma secundária. Mas isso que dizer que, em todas as circunstâncias, o desenvolvimento da “comuna agrícola” deve seguir este mesmo curso? De modo algum. Sua forma constitutiva admite a seguinte alternativa: ou o elemento da propriedade privada implicado nela prevalecerá sobre o elemento coletivo ou esta último prevalecerá sobre o primeiro (Ibid., p.93).

De tal forma, alguns círculos da esquerda – especialmente após o Golpe Militar de 1964 e especialmente dentro das universidades – opuseram-se às análises etapistas e ao diagnóstico resultante de ação política, criticando duramente a visão que identificava frações nacionalistas e potencialmente progressistas no seio da burguesia, então o paradigma dominante. A burguesia nacional, para estes críticos que despontavam, seria uma categoria mitológica (TRINDADE, 1986).

Dos autores aqui analisados, todos tributários do método marxista e todos debatendo a ideia e as possibilidades de Revolução Burguesa no Brasil, Nelson Werneck Sodré apresenta-se como o mais próximo à tese etapista. Assim, buscou nas contradições do desenvolvimento brasileiro “restos” de um passado feudal ou semifeudal, o qual limitaria a capacidade revolucionária de parcela de nossa burguesia. Caio Prado Júnior, ao entrar em choque com essa ideia e em vista das circunstâncias históricas que levaram à dissolução da aliança entre classes enquanto estratégia política, chegou a negar a própria necessidade de utilizar a Revolução Burguesa, enquanto categoria histórica, ao caso brasileiro, partidário da tese de perfeita união entre nossas frações burguesas e do capitalismo enquanto *sentido de nossa colonização*. Florestan Fernandes, que não apenas bebeu deste debate prévio, como defendeu um método híbrido aplicado às Ciências Sociais, a depender do objeto e da conveniência, foi provavelmente o mais original dos três, defendendo que o problema do país estava na relação entre Revolução Burguesa e capitalismo de tipo dependente e subdesenvolvido, que tem como resultado uma situação ambivalente quando da junção da ordem econômica vigente com a ordem social de classes. A interpretação de Florestan “sacralizou” em definitivo a proposição relativa à Revolução Burguesa brasileira (QUEIROZ, 2011).

NELSON WERNECK SODRÉ: A REVOLUÇÃO INCOMPLETA

De início, faz-se necessário situar o autor no tempo e no espaço, a fim de compreendermos as agendas e os compromissos políticos e ideológicos por trás de seus escritos. Nelson Werneck Sodré, cujo pensamento repercutiu entre o público estudantil da década de 1960, sofreu por parte da

intelectualidade brasileira de sua época, reunida nas Universidades das quais ele não era quadro, daquilo que Regina Hippolito (2006) denominou “conspiração do silêncio”: o não-reconhecimento e o conseqüente não-debate de sua contribuição intelectual. Nascido em 1911, no Rio de Janeiro, teve singular trajetória, ao ter seguido carreira no Exército, instituição fortemente dominada pelo pensamento positivista, e ter sido concomitantemente um dos mais importante porta-vozes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de marxista atuante, em plena Guerra Fria. Assim, era ao mesmo tempo militar e intelectual militante, nacionalista e comprometido com o ideário comunista. Era, portanto, um eterno “estranho no ninho”: no meio militar, um comunista entre anticomunistas, no meio civil, um historiador não-acadêmico e um general (COSTA, 2006).

Sobre seu percurso militar, Sodré foi oficial de Artilharia, tenente e general de brigada; foi também professor de História Militar na Escola do Estado-Maior do Exército (EEME – hoje, ECEME). Enquanto intelectual, em 1954 passou a compor o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dedicado a construir teorias alternativas àquelas desenvolvidas nos países centrais, com o objetivo de explicar as realidades brasileira e latino-americana. Foi neste que se desenvolveu a interpretação nacional-burguesa do Brasil. A partir de uma crítica radical à cultura oligárquica e semicolonial vigente, propôs-se um projeto de industrialização e de independência política, no qual uma parcela da burguesia, a fração industrial – nacionalista, progressista, industrializante – conduziria nosso processo de modernização, entrando em choque com a fração agrário-mercantil (BRESSER-PEREIRA, 1982).

Nelson Werneck Sodré era o marxista ligado ao ISEB, grupo este que partilhava desta visão sobre o Brasil com o PCB, dentro do qual Sodré era o principal intelectual. O raciocínio do PCB era, igualmente, de que a sociedade passava por uma etapa de superação da economia colonial exportadora e de transição para uma economia industrial e moderna. No entanto, diferente dos demais desenvolvimentistas do ISEB, seus partidários acreditavam que esta transição era uma etapa da luta pela implantação do socialismo e que, para se atingir, enfim, este ideal, seria necessário antes eliminar duas contradições herdadas do período anterior: o monopólio da terra, a condição interna, e o imperialismo, a condição externa (BIELSCHOWSLY, 2004). A temática da Revolução Burguesa, portanto, devido à visão da necessidade histórica de se passar por uma etapa verdadeiramente burguesa de desenvolvimento, era cara ao partido. Assim, contextualizar a posição do autor no quadro amplo do debate político brasileiro nos permite perceber que os esquemas teóricos defendidos tratavam, ao final, para Sodré e para o PCB, do estabelecimento da trajetória política mais apropriada para chegar-se aos seus objetivos revolucionários, no caso, o apoio ao desenvolvimento capitalista em vista da destruição dos resquícios de formações anteriores: a Revolução Burguesa antes da reivindicação socialista. As ideias do PCB tiveram em Nelson

Werneck Sodré um de seus grandes proponentes, mas também em Caio Prado Júnior, embora com marcantes diferenças, que resultaram em intenso debate entre estes dois autores.

Para compreendermos a maneira na qual Nelson Werneck Sodré formulou sua tese de Revolução Burguesa no Brasil, devemos – antes – decifrar as premissas de sua obra. Sodré reafirmou em *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil* (1997) a análise desenvolvida no livro *Formação Histórica do Brasil* (1973[1962]), a qual fora acusada de “esquemática”. Logo na primeira página, declara que recebeu com surpresa as controvérsias geradas em torno de suas teses sobre o surgimento do capitalismo no Brasil, mas que permanecia sustentando-as.¹ Para o autor, os três elementos que alimentavam a particularidade do caso brasileiro – e que darão vazão para sua análise dos modos de produção no país – eram, primeiro, o desenvolvimento desigual no plano universal: a distância entre áreas dominadas pela comunidade primitiva e áreas dominadas pelo feudalismo quando de nosso descobrimento. O segundo aspecto, agora particular, pois brasileiro, é a vigência, dentro do Brasil, de diferentes etapas históricas simultaneamente. Finalmente, o terceiro aspecto é a transplantação, a transferência, para o Brasil, de elementos que lançaram as bases de uma sociedade diversa daquela dos “descobridores”: a sociedade brasileira nasceu da transplantação de elementos europeus, que resultarão na classe social dominante, e de elementos africanos, que resultarão na massa dominada. Não teria havido, portanto, o fenômeno da passagem da sociedade primitiva (a dos indígenas) para o escravismo.

Sob tais premissas, Sodré sustenta sua polêmica tese do feudalismo brasileiro: da ocorrência, no Brasil, de escravismo e passagem ao feudalismo e de feudalismo e passagem ao capitalismo. Para o autor, essa sequência “normal”, na medida em que segue o modelo conceitual e o esquema stalinista, decorreu da análise do particular brasileiro e não da simples adoção da fórmula universal. Sobre a primeira passagem, o feudalismo – para o autor – vigorou no Brasil em zonas secundárias: nas zonas principais, que forneciam o maior volume de exportações, o regime era escravista, à base de africanos importados; nas áreas secundárias e subsidiárias, no entanto, não o era. O missionário na Amazônia e nas reduções jesuíticas platinas, o sertanejo da zona pastoril, não compravam o índio, mas utilizavam o índio e usufruíam de seu trabalho. Assim, a definição da relação feudal derivava tanto do fato de constituir-se em uma economia de base monetária insuficiente, quanto do laço de dependência social do trabalhador (colonato, parceria e demais formas não assalariadas). A área mineradora, no entanto, apresentava um fenômeno interessante, que o autor classificou como “regressão feudal”: a passagem do escravismo, que marcou a fase

¹ Assim, defende-se, afirmando que o uso de uma linguagem conceitual surgida em outros tempos e em outros lugares para definir fenômenos e processos brasileiros deve ser feito com atenção à passagem do universal ao particular. O uso do raciocínio dialético exclui o uso de paradigmas retirados de realidades diversas, os quais induzem ao erro e a deformações, mas estabelece obediência ao método, o materialismo histórico.

inicial da atividade, a um tipo de relação feudal. “Regressão” justamente porque a passagem a um regime social mais avançado coincidia com o declínio da atividade.

Essa posição entrará em choque com a posição de Caio Prado Júnior, para quem a colonização brasileira fora obra do capitalismo europeu, de modo que o sistema de produção aqui implantado era também capitalista. Sodré rebate esta visão argumentando, em *Formação Histórica do Brasil* (1973[1962]), que a colonização fora obra do capital mercantil, pré-capitalista,² sendo o próprio colonizador “originário de uma área que domina o modo feudal de produção” (SODRÉ, 1962, p.70). Igualmente, advogou que as relações de produção capitalista não se “exportariam”, sendo – ao contrário – produtos do desenvolvimento interno dos países.

O ouro brasileiro, resultante de nossa “regressão feudal”, acelerou o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa no século XVIII. E é justamente a disputa pelo mercado brasileiro que levará ao fim do monopólio português e, conseqüentemente, à Independência. Na medida em que a República avançava, elimina-se a herança colonial que retardou nosso desenvolvimento capitalista. Em *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil* (1997), porém, Nelson Werneck Sodré demonstra que, ao passo que nos Estados Unidos a ausência de um passado feudal permitiu a concomitância de autonomia política com a Revolução Burguesa, ou seja, com o primado político da burguesia, que permitiria à classe realizar as reformas necessárias ao estabelecimento capitalista pleno, no Brasil, nossa autonomia, herdando escravismo e feudalismo, não teria traço algum de Revolução Burguesa. No nosso país, condicionado pela dependência ao imperialismo e limitado pelo latifúndio e pela sobrevivência de relações pré-capitalistas, observou-se, desde sua constituição, uma burguesia demasiado frágil, dependente do capital externo, que prefere “transgredir a lutar” (SODRÉ, 1973[1962], p.20):

O Brasil arcaico nos cerca por todos os lados; o latifúndio persiste, resiste, abalado mas sobrevivendo a tudo (...) É uma revolução burguesa peculiar à nação de passado colonial recente e de economia dependente. Revolução burguesa difícil, porque o imperialismo, que preside à dependência, coloca todos os obstáculos à união entre burguesia e proletariado-campesinato para o avanço efetivo (...) a burguesia, nos países de economia dependente, teme a aliança com as classes dominadas, pois estas estão suficientemente fortes para reivindicar a participação nas vantagens da vitória (Ibid., p.21).

As reformas do século XIX, especialmente aquelas relativas ao regime de trabalho e ao regime político, assinalaram os primeiros vestígios de um “capitalismo nascido de parto difícil” (Ibid., p.20), em um quadro de desenvolvimento lento, irregular e desigual, enfrentando a

² Segundo o autor, aqueles que apoiaram a existência de características capitalistas na colonização foram levados a tal por confundirem capital comercial e capitalismo. O primeiro se referiria a um momento histórico em que o excedente econômico era obtido por meio das trocas de mercadorias, sendo anterior à generalização do trabalho assalariado, que representaria o segundo (SODRÉ, 1973[1962]).

“resistência maciça e tenaz, monolítica por vezes, das relações antigas” (Ibid., p.68). O início da Revolução Burguesa brasileira foi marcado, em 1844, pela instituição da tarifa Alves Branco – de aumento das taxas de importação – e, em 1850, pela Lei de Terras – que estabelecia que a terra poderia apenas ser adquirida pela compra – e pela abolição do tráfico negreiro. A partir daí, os investimentos em escravos começam a ser transferidos à expansão das lavouras, à indústria nascente e à infraestrutura. No plano externo, nosso desenvolvimento capitalista foi impulsionado pelo início da Primeira Guerra Mundial, que reduziu o volume de importações, forçando a produção endógena e favorecendo a acumulação interna. O mesmo ocorreu, em maior proporção, após a Crise de 1929, acentuando a transferência de investimentos da agricultura para a indústria.

No plano político, no entanto, o grande momento, de conquista da hegemonia por parte da burguesia, foi o movimento de 1930, corolário necessário e complementar da crise econômica. Foi devido e a partir deste que se observou o declínio do poder das oligarquias, em especial as exportadoras, e o conseqüente aumento do intervencionismo estatal, marcado pela tônica nacionalista. Logo cedo, no entanto, a despeito do discurso conciliatório entre as classes, o que convencionou-se chamar de “populismo”, a burguesia optou por formas repressivas de dominação, em composição com o latifúndio e com o imperialismo, contendo o avanço e as reivindicações do proletariado. Era o Estado Novo, que – com recuos e avanços – desembocará na Ditadura de 1964:

Cedo, o poder assumiu formas repressivas e tendeu à busca de uma hipotética harmonia entre as classes. Mantido intacto, embora com menor participação no poder, o latifúndio, definindo as formas pré-capitalistas, persistia freando as mudanças: a propriedade da terra permaneceu intocada e a resistência do imperialismo continuou débil. Mas o fato é que, pela primeira vez, a burguesia teve o comando das ações, exerceu hegemonia no processo (Ibid., p. 78).

Em resumo de suas ideias, a autonomia política – para Nelson Werneck Sodré – não foi o marco da Revolução Burguesa. Apenas o movimento de 1930, condicionado pela crise de 1929, irá assinalar a ação violenta para impor a hegemonia da burguesia, embora conciliada com o latifúndio e com o imperialismo e sem o concurso da aliança com o proletariado e com o campesinato. Assim, a Revolução Burguesa, no Brasil, por ter sido incompleta foi para si limitadora e limitou as possibilidades de desenvolvimento pleno de um capitalismo de caráter verdadeiramente nacional. No Brasil, não tivemos “nenhum Cromwell, não se impôs ao povo brasileiro nenhuma Magna Carta, não há nenhuma queda da Bastilha e não tivemos nem Marat, nem Napoleão” (Ibid., p.21).

O autor, portanto, sempre vislumbrando um ideal socialista, por ora, postergado, utilizou a ideia de Revolução Burguesa não apenas como categoria analítica, mas como projeto político: a necessidade de completar-se nossa Revolução Burguesa, apoiando-se em princípios anti-imperialistas e antilatifundiários. O grande problema do Brasil estaria, em sua visão, na criação de uma economia nacional e, naturalmente, de uma política nacional e de uma cultura nacional. Tal

política nacional estaria ligada à existência de uma estrutura democrática, logo, à ampliação dos direitos de cidadania, de modo a dar vazão às reivindicações populares futuras.

CAIO PRADO JÚNIOR: A REVOLUÇÃO DESNECESSÁRIA

Tanto quanto Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior fez parte de uma geração de intérpretes do Brasil que buscaram explicar as vicissitudes brasileiras em um quadro político posterior à Revolução de 1930, marcado por polarizações políticas, opondo socialistas a integralistas. Paulista, historiador, nasceu em 1907, filho de uma das mais importantes famílias da burguesia cafeeira, influentes barões do café, fato que lhe rendeu desconfianças no seio da esquerda. Como Sodré, foi filiado ao PCB, partido pelo qual foi eleito deputado estadual. Em 1934, publicou *Evolução Política do Brasil*, a primeira tentativa de síntese da história brasileira baseada no marxismo. Em 1945, *História Econômica do Brasil*, uma das mais importantes contribuições - desde o campo da economia - à perspectiva histórica adotada pelos comunistas (BIELSCHOWSLY, 2004). As interpretações de Caio Prado Júnior, no entanto, são antagônicas a algumas das teses do PCB, leia-se, às ideias de Sodré. Em 1942, fundou a editora Brasiliense, cuja revista se tornou um dos principais veículos de questionamento da esquerda às ideias dos comunistas, especialmente à proposta de aliança com o populismo e à tese do feudalismo brasileiro.

De tal forma, ao liquidar-se a interpretação nacional-burguesa após a implementação do regime militar em 1964, uma vez que sua proposta de aliança da burguesia nacional com o proletariado esfacelou-se em vista da aliança daquela com a burguesia mercantil, sob o comando da tecnoburocracia estatal, surge uma nova interpretação no nível da esquerda, patrocinada por Caio Prado Júnior: a interpretação funcional-capitalista. Esta tinha como postulado básico que o Brasil sempre fora um país capitalista, tendo havido desde sempre uma perfeita unidade entre as classes dominantes brasileiras: entre a fração industrial e a fração agrário-mercantil. Logicamente, essa interpretação identificava nas ideias do PCB e do ISEB a culpa pelo Golpe Militar, combatendo-as (BRESSER-PEREIRA, 1982).

Como marxista que era, Caio Prado Júnior, a fim de compreender o *caráter da colonização brasileira*, viu-se na necessidade de recuar no tempo, a propósito de compreender seu contexto e suas motivações. De tal forma, demonstra - especialmente em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* (2011[1942]), mas retomando em *História Econômica do Brasil* (2014[1945]) - que a colonização portuguesa “não é um fato isolado, a aventura sem precedentes e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas” (PRADO JÚNIOR, 2011[1942], p.17). Assim, o Brasil - que é representado, portanto, como uma parte em um todo -

foi o resultado do empreendimento comercial europeu, fato que não pode ser perdido de vista, embora tenhamos a tendência de pensar a nós mesmos apenas a partir de nossa constituição.

A ideia de povoar não ocorreu aos portugueses, diferentemente do que se passou com os ingleses na América do Norte.³ O desprezo por nosso território, vazio e primitivo, teve consequências importantes para o nosso desenvolvimento futuro. A colonização, que iniciou pelo estabelecimento de simples feitorias, se complexificou, tomando o aspecto de uma grande empresa comercial, embora ainda voltada para o exterior e em proveito dos interesses comerciais europeus, de modo que o descompromisso com esta terra inviabilizou o surgimento de uma organização social sólida: se formos às raízes da colonização veremos que “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais que isso” (Ibid., p.26). Éramos, portanto, uma invenção do capitalismo europeu, antes de sermos uma nação. A força da grande exploração comercial – segundo o autor – assentada no trabalho escravo e na grande propriedade agrícola, teria fortes reflexos na estrutura social e na organização política do Brasil: na dificuldade de construção de uma sociedade com interesses próprios, interesses nacionais; na “ausência quase completa de superestrutura” (Ibid, p.341).

A grande característica de nosso período colonial, segundo o autor, é que este transcorreu sem grandes discontinuidades e fora marcado por três elementos: a produção para o mercado externo, a mão-de-obra escrava e o latifúndio. Não procurou feudalismo, buscou as características que davam sentido à totalidade, o essencial, não o acessório. Assim, quebrando a ideia de Revolução Burguesa nos moldes do PCB, teve como um de seus traços mais originais a insistência no caráter sempre capitalista das relações de classe no Brasil. Os fundamentos da futura sociedade nacional, dando continuidade ao seu raciocínio, não se encontrariam no setor orgânico da sociedade colonial, na minoria de senhores e na grande maioria de escravo, mas no setor inorgânico, no grande número “dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas ou aleatórias, ou sem ocupação alguma” (Ibid, p.279): origem do proletariado brasileiro. O defeito da colônia desponta justamente como qualidade da nação. O grupo inorgânico, sendo a antítese do orgânico, teve de agir direcionando-se para o mercado interno, seja por opção, seja por falta desta (RICUPERO, 2011).

O continuísmo é a orientação da colônia que transborda para o restante de nossa história, especialmente observado na subordinação e na dependência do mercado mundial. Para Caio Prado Júnior, os primeiros passos de nosso incipiente capitalismo iniciam-se, como para Nelson Werneck Sodré, em 1844, com a Tarifa Alves Branco, e em 1850, com a abolição do tráfico. Esta última não

³ Estes teriam como objetivo verdadeiramente a construção de uma sociedade que lhes oferecesse o que seu continente de origem não mais oferecia, agregando – portanto – trabalho, motivação e espírito nacional às terras recém-colonizadas.

apenas libera capitais para indústria, para infraestrutura e para especulação, como possibilita o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões do Norte - privadas, a partir de então, de mão-de-obra barata – para o Centro-Sul do país, que se valerá da imigração europeia para a produção de um gênero que já a partir do século XVIII adquire grande importância nos mercados internacionais: o café. Apesar do processo de acumulação de capitais que se seguiu ao desenvolvimento da lavoura cafeeira no país, esta serviu para reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, inteiramente voltada para o mercado externo. Nos centros onde a indústria começa a florescer, por sua vez, a questão da mão-de-obra será resolvida com o emprego da população marginal, a fração inorgânica já citada.

O advento da República, que não teve profundidade política ou social, servirá para romper com o conservadorismo do Império, desencadeando um espírito dominante, um espírito burguês, afeito à nova fase de prosperidade material, à especulação, ao enriquecimento. Concomitantemente a esta fase de bonança, no entanto, o germe da instabilidade se escondia e se agravava:

A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis e a estruturação de toda a vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora do seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável. E, paradoxalmente, cada passo no sentido de ampliá-lo mais o comprometia, porque o tornava mais dependente (PRADO JÚNIOR, 2014[1945], p.211).

A indústria manufatureira seria a saída para a diferenciação da produção. A partir da Primeira Guerra Mundial, a indústria passou a ocupar um lugar importante na economia do país; no entanto, o mais sólido setor que veio a desenvolver-se foi aquele da indústria subsidiária de grandes empresas estrangeiras, sejam filiais destas empresas, sejam montadoras de peças acabadas ou semiacabadas. É o capital estrangeiro que contribuirá para a industrialização do Brasil, na visão de Caio Prado Júnior, mesmo para o posterior estabelecimento da indústria de base. A dependência em relação ao capital estrangeiro, que veio da colônia, que mostrou-se funcional para a nossa economia, é um fenômeno que acompanhou a história do país. A transformação do escravo em trabalhador livre derrubou o principal obstáculo ao estabelecimento das relações capitalistas de produção, uma vez que significou a ativação do mercado interno; o *sentido da colonização brasileira*, porém, persistiu:

Indo a fundo do sistema presente, ainda encontraremos por detrás de aparências por vezes enganadoras, o essencial da velha situação da colônia que subordina o funcionamento da economia brasileira e suas atividades, a objetivos e interesses estranhos ao país” (PRADO JÚNIOR., 2004[1966], p. 100).

Assim, a própria ideia de Revolução Burguesa perde o seu fundamento. Não houve princípio deste evento no Brasil e nunca existiu a divisão entre burguesia retrógrada, ligada ao latifúndio e ao imperialismo, e burguesia nacional, progressista e eventual aliada do proletariado na revolução democrático-burguesa. A partir do exposto, a crítica que Caio Prado Júnior promove ao marxismo do PCB – especialmente colocada em *A Revolução Brasileira* (2004[1966]) – relaciona-se com a proposição, por parte dos comunistas, de reformas – teoricamente bem formuladas e bem intencionadas – que não encontravam nos fatos correntes da realidade brasileira as circunstâncias capazes de as promover. Assim, criticava o fato de, ao se buscar a qualificação a priori da “revolução brasileira”, seu tipo ideal, sua natureza, a partir de experiências estranhas à nossa, inferiam-se soluções para os problemas nacionais sem o conhecimento e sem a análise concreta dos fatos econômicos, sociais e políticos do país e de suas contradições, ou seja, soluções alheias à dialética dos fatos históricos. Criticava, portanto, o que percebia como discussões abstratas, inspiradas em modelos aporísticos, os quais dificultavam a elaboração de uma verdadeira teoria revolucionária, capaz de orientar a ação política no Brasil.

O princípio destas abstrações, segundo o autor, residia na tentativa de conciliar a evolução histórica brasileira às etapas consideradas, em teoria, anteriores ao socialismo, ou seja, ao feudalismo e ao capitalismo. Determinados “pseudomarxistas” (na acepção do autor) buscavam, de tal modo, os “restos” de um sistema feudal, semifeudal ou mesmo aparentado ao feudalismo, o qual de fato nunca existira realmente no país. Na visão de Caio Prado, as formas extorsivas de exploração do trabalho que remanesciam no sistema então vigente eram provenientes não do feudalismo, mas do escravismo, sobre o qual se estabeleceram as relações sociais brasileiras e no qual se assentaram os conflitos de classe. Tais conflitos, no entanto, não se referiam – tal como ocorria com o camponês encontrado na Europa ou na Rússia czarista – à luta dos escravos pela livre exploração da terra, mas sim à melhora nas suas condições de trabalho e de emprego, esta que não se ajusta convenientemente aos esquemas teóricos adotados pelo partido. A partir desta interpretação, o autor critica a ação política do PCB, que generalizava a reivindicação da terra como a expressão essencial e básica do conjunto da economia agrária no Brasil, ao passo que dava pouca ênfase à questão salarial e à extensão da legislação trabalhista ao homem do campo, sendo o resultado prático a perda de potencial para a mobilização da massa de trabalhadores rurais.

A essa concepção de que a conjuntura corrente brasileira correspondia à transição de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e capitalista, procurou-se acrescentar a luta anti-imperialista, mas novamente baseada em um modelo distante: aquele dos países asiáticos. Assim, a tese do PCB apresentava os restos feudais da estrutura agrária brasileira e o imperialismo estadunidense, ambos correlacionados, como as principais amarras para o progresso do país. Isso dava margem à divisão da classe burguesa. O autor – no entanto – esclarece que, novamente, tal

esquema nada tinha de correspondência com a realidade do Brasil. Aqui, todos os grupos dominantes se comporiam da mesma categoria de indivíduos, fossem urbanas ou rurais as suas atividades. Eram unidade na diversidade. A consequência prática dessa visão foi uma linha política ilusória de apoio a grupos e partidos vazios de conteúdo ideológico, munidos de interesses não relacionados aos ideais e agendas dos comunistas.

FLORESTAN FERNANDES: A REVOLUÇÃO DEFORMADA

Florestan Fernandes pertence a uma geração de intelectuais posterior a Sodré e a Prado Júnior e dentre os três é o único que seguiu verdadeiramente carreira acadêmica, tendo sido professor na Universidade de São Paulo (USP) e um dos pais fundadores da sociologia crítica no Brasil – uma sociologia, segundo Ianni (1996), concentrada na pesquisa e na interpretação das condições e possibilidades de mudança social, de revolução social. Nascido em 1920, paulista, também não era proveniente de uma família aristocrática, como Caio Prado Júnior, nem de classe média, como Nelson Werneck Sodré. Era filho de uma empregada doméstica. Trabalhou como garçom e como engraxate. Por um breve período de tempo, militou no Partido Socialista Revolucionário, de orientação trotskista. Pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no entanto, foi eleito por duas vezes deputado federal.

A obra de Florestan é vasta, incluindo estudos empíricos e de viés antropológico sobre a luta e conquista de direitos sociais, pelos negros e pelos indígenas, estudos sobre educação e cultura popular, contribuições teóricas e balanços críticos do pensamento sociológico. Pela riqueza de sua produção intelectual e pela originalidade de seu raciocínio, Bresser-Pereira (1982) encontra dificuldade em classificá-lo em uma de suas correntes de interpretação sobre o Brasil. Segundo Bresser, sua análise indignada dos acontecimentos de 1964 em *A Revolução Burguesa no Brasil*, permitiria enquadrá-lo na interpretação funcional-capitalista, ao lado de Caio Prado Júnior, devido à sua frustração com a ação da classe burguesa no país; ao mesmo tempo, entra em conflito com esta interpretação (e conseqüentemente com seu pensador maior), por demonstrar que em nosso modelo de revolução burguesa dependente – a qual marcou a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, do qual a Revolução de 1930 é o marco – é fictícia a pretendida coesão de nossa burguesia.

A Revolução Burguesa no Brasil (2012[1974])⁴ é perpassada por duas questões de caráter teórico e histórico-sociológico: “o que é Revolução Burguesa?”, “tal fenômeno foi experimentado pelo Brasil?”. Essa primeira questão, diferencia a sua análise dos dois autores anteriormente

⁴ Florestan escreve este livro em um momento em que a ideia de Revolução Burguesa já havia sido abandonada pelos analistas, mais afeitos à ideia de que o Brasil possuía uma burguesia submissa ao Estado e à tecnocracia (TRINDADE, 1986).

analisados, uma vez que o sociólogo vai às raízes do conceito para promover sua crítica, que também o abrangem. O caráter ensaístico do livro, que destoa do restante de sua produção – marcada pelo estilo monográfico – carrega em seu subtítulo, um descompasso: um “ensaio”, porém “de interpretação sociológica”. O primeiro o permite uma interpretação do Brasil, uma interpretação militante, em seu tom inconformado e em sua crítica mordaz, enquanto o segundo indica que o faz pela ótica de um sociólogo, preocupado por seus referenciais teóricos e metodológicos, pelo rigor científico por ele professado (RICUPERO, 2004).

A tese defendida é controversa: o país já havia passado por sua Revolução Burguesa, uma vez que o capitalismo se fez aqui hegemônico, tanto na economia, quanto na sociedade, embora tenha sido uma revolução de natureza diversa dos modelos pré-concebidos, embora incompleta e embora “deformada”. Uma Revolução Burguesa peculiar, pois umbilicalmente ligada a um capitalismo de caráter dependente, ou seja, concebido para operar estrutural e dinamicamente como subsidiário das sociedades desenvolvidas. Ao analisar, portanto, a afirmação da dominação burguesa no Brasil, Florestan não busca na história dos povos europeus o paralelo analítico para o entendimento de nossa realidade concreta, como o fez Nelson Werneck Sodré, defendendo que a Revolução Burguesa não pode ser meramente descrita como um episódio histórico, mas deve ser vista como um fenômeno estrutural. Por ser estrutural, pode reproduzir-se de modos variados, a depender do contexto e das circunstâncias. Tendo isto em mente, Florestan trabalha a realidade brasileira a partir de dois níveis: o nível da história, no qual busca analisar a realização efetiva das relações entre as classes, e o nível da estrutura, no qual analisa as implicações econômicas, políticas, sociais e culturais de um capitalismo de caráter dependente e subdesenvolvido.

O sincretismo teórico do livro, marca intelectual de Florestan,⁵ é demonstrado por Fernando Henrique Cardoso (2013): a primeira parte do livro, *As Origens da Revolução Burguesa*, é marcado pelo estilo weberiano, típico-ideal, pela busca dos “agentes humanos” capazes de encarnar o “espírito burguês” necessário ao estabelecimento de uma ordem social competitiva – o fazendeiro, o imigrante, os comerciantes – e que se oporiam ao “espírito colonial”. Os últimos ensaios marcam um estilo de análise mais marxista, tendo as etapas de acumulação de capital como temática. O que esta mistura fecunda demonstra é um “sociólogo de excelente formação teórica e paixão pela pesquisa, que não sufoca os processos históricos no vazio de análises ‘típico-ideal’ ou economicistas” (CARDOSO, 2013, p.191).

Em termos históricos, Florestan vê na Independência o início da Revolução Burguesa brasileira, tanto por delimitar o fim do estatuto colonial, como por dar início à construção de nossa “sociedade nacional”. Nossa autonomização política em relação à metrópole, no entanto, foi motivada pelo desejo de romper com um modelo colonial que neutralizava a capacidade de

⁵ Cf. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica (1980).

dominação das elites nativas, mas não pelo desejo de transformar as estruturas sociais vigentes, nem pela vontade de reorganizar as relações de produção. O paradoxo principal, portanto, encontra-se no fato de nossa “revolução nacional” ter trabalhado para a consolidação da grande lavoura de tipo exportadora, de modo que a “autonomização política” não foi acompanhada de uma “autonomização econômica” do país. Ocorreu, assim, uma amálgama entre caracteres autônomos, associados à sociedade nacional, elementos puramente revolucionários, com heteronômicos, ligados à era colonial, reacionários por natureza.

No Brasil, portanto, foi no plano político que se estabeleceu o pacto de dominação entre as classes, refletindo o não deslocamento dos velhos grupos dominantes por novos. Assim, criou-se uma situação na qual a nova organização jurídico- política convivia com o velho substrato moral, material e social dos tempos de Brasil colônia. De tal forma:

Essa sociedade civil, no período da extinção do estatuto colonial e da implantação da Monarquia constitucional, estava mais comprometida com a defesa da propriedade, da escravidão e de outros componentes tradicionais do status quo ante, e mais empenhada na apropriação dos meios de organização do poder que então se criaram, que com as questões concernentes aos requisitos ideais de integração da sociedade nacional (FERNANDES, 2012[1974], p.56).

Nesse contexto, o Estado – que, no caso brasileiro, foi anterior à Nação – era requerido pelas elites senhoriais, tanto para manter as estruturas sociais que garantiam os seus privilégios e o seu prestígio social, a despeito da utopia liberal presente desde a colônia, quanto para fomentar o aparecimento das condições econômicas, culturais e sociais que garantissem nossa sociedade nacional em seus moldes. Especificamente sobre este liberalismo, elaborado nas nações centrais e, portanto, exógeno, suas motivações eram econômicas e apenas secundariamente políticas, sendo – em realidade – instrumento de dominação patrimonialista. A “democracia burguesa” pretendida não passaria, de tal maneira, de uma “democracia restrita”.

No desencadear de nossa Revolução Burguesa, os agentes responsáveis pela criação das novas estruturas econômicas propriamente ditas – aquelas de caráter tipicamente burguesas – foram, em especial, os “fazendeiros de café”, variante do antigo senhor rural, mas que trabalharam pela dissociação entre a fazenda e a riqueza por ela produzida, e os imigrantes, que nunca buscaram status de senhor, tão somente o enriquecimento. Estes dois “tipos” atuaram no contexto de desagregação da ordem senhorial e da implantação do regime republicano, o qual contém o gérmen da nossa dominação burguesa. A especificidade destes agentes, de nossa incipiente burguesia, foi – no entanto – não terem forjado instituições próprias de poder, convergindo sua ação para o Estado e realizando o pacto tático de dominação de classe no plano político. Em consequência, não desafiaram a base de poder da oligarquia – pela qual tinham, em realidade, forte atração –, de modo que esta pode modernizar-se ou irradiar-se, conforme suas conveniências, não havendo a superação

das formas econômicas não capitalistas anteriores, as quais produziam para exportação. Assim, a partir da solidariedade entre as classes possuidoras por meio do Estado, “a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos” (FLORESTAN, 2012[1974], p.217).

A burguesia brasileira, portanto, ao preferir a mudança gradual, a modernização, à mudança social radical, conforme o que constaria em modelos clássicos de Revolução Burguesa, circunscreveu-se ao horizonte cultural da oligarquia, essencialmente particularista e conservadora no sentido político e social. Uma típica “revolução dentro da ordem”. Foi, portanto, e no limite, a oligarquia que estabeleceu o tipo de dominação burguesa que conheceríamos no Brasil, elegendo a repressão ao proletariado como o eixo central de nossa revolução. Assim, a burguesia no Brasil não logrou realizar uma revolução nacional e democrática, tornando-se uma burguesia dependente e autocrática, herdeira do passado, sendo o resultado deste quadro o congelando das possibilidades de expansão da ordem social competitiva e, conseqüentemente, do próprio campo de atuação histórico de nossa burguesia e de suas potencialidades enquanto classe dominante. Tal era, logicamente, funcional para as nações capitalistas e hegemônicas, uma vez que as classes dominantes brasileiras se relacionariam com o imperialismo por meio de “afinidades seletivas” entre eles:

A economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos (FERNANDES, 2006[1968], p.83).

O golpe de 1964 foi a expressão máxima da autocracia de nossa burguesia, não mais ocultada pela ideologia liberal, mas desvelada, nua. Isso vem ao encontro da formulação teórica do autor e a disjunção entre a revolução econômica e a revolução política por ele produzida não se choca com a sua ideia de marxismo. Em consonância com o que Marx escreve em seu famigerado prefácio, Florestan esclarece que “estrutura e história estão correlacionadas. Quando as relações autoritárias se exacerbam, a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem a tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade” (FERNANDES, 1979, p.15). O poder, a Revolução Burguesa, não são, portanto, realidades transcendentais, mas históricas.

O autor, ao considerar essa realidade difusa, contraditória e altamente móvel, afasta-se em parte de Caio Prado Júnior, cujo pensamento denota certo continuísmo na ação de nossas elites. Em um escrito anterior, *Classes Sociais na América Latina* (1972), Florestan esclarece que, ao apanhar-se as classes sociais no Brasil e na América Latina a partir do viés da hegemonia dos estratos dominantes, de fato temos a impressão de uma “sociedade sem história”, na qual todas as mudanças

trabalham para a manutenção de pequenos grupos no poder. No entanto, se as tomarmos tendo em vista “a duração e as debilidades da revolução burguesa e os ritmos históricos das ‘transições inesperadas’” a impressão que temos é a inversa, de modo que “as sociedades latino-americanas aparecem como sociedades em convulsão, que estão em busca do seu próprio patamar e tempo histórico” (FLORESTAN, 1972, p.36). A diferença entre Florestan e Caio Prado Júnior, portanto, reside especialmente no peso que concede o primeiro aos fatores internos de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, dando – inclusive – grande peso ao Estado nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, de fato, foi cenário para narrativas diversas. Algumas enfocavam aspectos micro sociológicos, mesmo antropológicos, de nosso país, como Gilberto Freyre ao analisar a Casa Grande e a Senzala do período escravocrata, extravasando os resultados desta observação para o nível estrutural. Outras – dentre as quais encontram-se as obras dos três autores aqui trabalhados – promoviam grandes narrativas, historicamente largas, sobre o desenvolvimento político, econômico e social do país. Algumas destas apontavam para uma direção, devido ao seu objeto, ao seu método de trabalho, à sua posição ideológica, outras – sob perspectiva diversa –, para o diametralmente oposto, sem prejuízo, porém, para a descrição de nosso país e de suas realidades. Todas essas visões do Brasil e seus descompassos nos permitem inferir a complexidade do empreendimento de compreensão de nosso desenvolvimento histórico, das causas de nossas mazelas, e a dificuldade de se criar uma interpretação que seja ao mesmo tempo totalizante de nossos processos e justa com as nossas particularidades.

Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, em diferentes momentos, escolheram como pano de fundo de seus trabalhos uma questão que lhes parecia fundamental, não simplesmente pelo seu aspecto teórico ou pela necessidade de fixar conceitos, mas para a compreensão de nossos problemas e para a proposi o de soluçoes possíveis: a ideia de Revolu o Burguesa, de constitui o do capitalismo e de hegemonia da burguesia no Brasil. O que os intrigava era a visão de um quadro aparente de Revolu o sem o aspecto revolucionário e o significado deste paradoxo. Os três, a partir do campo da esquerda, optaram por uma análise marxista, em maior ou menor grau, cada qual com sua interpreta o acerca do método. Florestan Fernandes, neste ponto, mostrou-se destoante, pois não foi um marxista ortodoxo, antes – nas palavras de Ant nio Candido (2001) – seu pensamento, bastante particular, seria melhor representado por uma “fusão de pensamentos paralelos”.

O ponto que os uniu, como visto, foi a percep o de uma disjun o entre o exposto pela teoria marxista relativo ao modelo clássico de Revolu o Burguesa – em especial a Revolu o

Francesa – e de estabelecimento do capitalismo e o ocorrido no Brasil. Especificamente, criticaram o que viram como a manutenção de uma cultura oligárquica e semicolonial, a qual concorria para travar e obstruir nossos dinamismos societários. As razões apontadas para tanto, porém, divergiam entre nossos autores. Nelson Werneck Sodré, apegado – conforme exposto – a uma interpretação “etapista” da evolução histórica, atribuiu o fenômeno ao que via como a continuidade de traços feudais ou semif feudais e de relações imperialistas, o que não apenas engendrava manifestações de autoritarismo por parte de nossa burguesia, como impedia seu pleno potencial revolucionário. Caio Prado Júnior, opondo-se à ideia de feudalismo no Brasil, defendeu que o *sentido da colonização* brasileira produzia continuísmos com a sociedade colonial. Finalmente, Florestan Fernandes assumiu ser o caráter dependente de nosso capitalismo sua mais marcante particularidade. Ao passo que o capitalismo nascera lenta e tortuosamente para Florestan Fernandes e para Nelson Werneck Sodré, ele sempre existira, segundo Caio Prado Júnior. Neste quadro, a despeito de perceber o componente autocrático de nossa burguesia, Nelson Werneck Sodré acreditava haver a possibilidade de uma das frações burguesas, a fração industrial, ser progressista, nacionalista e democrática. O desencanto com a ação burguesa no país, no contraponto, foi marca de Caio Prado Júnior e de Florestan Fernandes em seus escritos.

É necessário notar, porém, em primeiro lugar, que a defesa que Nelson Werneck Sodré fez do feudalismo no caso brasileiro não era a defesa de um modo de produção feudal tal qual o europeu, mas apenas a observação de que determinadas relações de trabalho existentes no país não poderiam ser facilmente descritas enquanto escravistas. Para o autor, tratava-se, antes, de uma questão semântica o emprego de tal termo, na ausência de outro mais explicativo. No entanto, a crítica muito bem colocada de Caio Prado Júnior sustentava que as relações pretensamente feudais ou semif feudais descritas por Sodré não constituíam senão relações acessórias em suas fases históricas, e não deveriam ser tomadas como o essencial de nosso modo de produção. Não tratava-se, portanto, de uma mera questão de linguagem, mas de uma questão metodológica.

Ficou claro que Caio Prado Júnior descartou a Revolução Burguesa enquanto categoria histórica útil ao caso brasileiro. A severidade de sua análise, seguramente, é explicada pelas condições em que escrevera *A Revolução Brasileira* e pela missão que assumiu de invalidar as teses de seu partido, vistas como danosas. Sua pesquisa, porém, termina por nulificar um debate caro à esquerda, por negar rupturas importantes com nosso passado e por apegar-se demasiadamente a um economicismo também dogmático. Quando nega a Independência e o desabrochar da República como um momento paradigmático em nossa evolução história e em nosso desenvolvimento, teve dificuldades em explicar uma evidente mudança sociocultural, de explicar o surgimento de um “espírito burguês”. Florestan Fernandes, que utiliza a Independência como um marco na formação de nossa sociedade nacional, utiliza o recurso dos “agentes burgueses”, porém combina esta

categoria tipicamente weberiana com as etapas de acumulação de capital, de mudança nas condições materiais da sociedade. Combina, portanto, uma análise materialista tipicamente marxista com alguns elementos culturalistas, tendo como resultado uma mistura bastante criativa.

Além do método, a grande novidade em Florestan, que o distancia tanto de Nelson Werneck Sodré, quanto de Caio Prado Júnior, quanto da ortodoxia marxista, foi ter dissociado a revolução econômica da revolução política e ter considerado que a segunda precedia a primeira, invertendo a lógica de Marx. Esse fato explica a peculiaridade de sua tese sobre a Revolução Burguesa brasileira: o fato de esta ter ocorrido – pois é inegável que o capitalismo tornou-se hegemônico –, embora de maneira segmentária. O resultado foi o capitalismo ter evoluído em nosso país sem contar com um crescimento autônomo e autossustentado, de modo que as classes careceriam de dimensão estrutural. O fato, no entanto, de Florestan ter feito a defesa da Revolução Burguesa no Brasil, mesmo sem a concorrência de uma classe burguesa que a levasse a cabo, não deixa de ser contraditório.

A temática da ação burguesa no Brasil segue sendo debatida no âmbito da Economia Política, da História, das Ciências Sociais brasileiras. É um objeto especialmente fecundo em momentos de rupturas históricas, como o foi após o Golpe Militar de 1964 e como o é atualmente, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Surgem, hoje, análises que apontam para o realinhamento de frações da burguesia em relação ao governo Dilma, mormente da fração industrial, como o fator que possibilitou a abertura do processo que afastou definitivamente a presidenta do cargo, com resultados, no entanto, ainda inconclusos. Uma vez mais, fez-se necessário reformular e reorientar a visão sobre a realidade nacional, sobre a ação burguesa no país e sobre as formas de relação entre a burguesia e o Estado no sistema capitalista e no regime democrático, não sem paradoxos, não sem o abandono de hipóteses anteriores já consolidadas, mas com ganhos para a interpretação de nossas particularidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENOIT, Hector. O Programa de Transição de Trotsky e a América. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.38-43, nov. 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sete Interpretações sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p.269-306, jun. 1982.
- CÂNDIDO, Antônio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores Que Inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- COSTA, Octavio. Vida e obra de Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre a pena e o sabre**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 17-30.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FERNANDES, Florestan. Classes Sociais na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 33-122.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2012[1974].
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006[1968].
- HIPPÓLITO, Regina. Enfoques de uma vida militante. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre a pena e o sabre**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 197-214.
- HOBSBAWN, Eric. **La Era de la Revolución: 1789-1848**. Buenos Aires: Crítica, 2009.
- IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p.25-33, jun. 1996.
- IANNI, Octávio. Tendências do Pensamento Brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.55-74, nov. 2000.
- LOWY, Michael. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels. **Discurso**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.129-151, jun. 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Karl Marx e Friedrich Engels: Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985[1848]. p. 13-47.
- MARX, Karl. A Burguesia e a Contra-Revolução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Karl Marx e Friedrich Engels: Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985[1848]. p. 48-51.
- POLITZER, Georges. **Princípios Elementares de Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2007[1971].
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira e a Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014[1966].

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense: São Paulo, 2014[1945].

QUEIROZ, Fábio José C. de. O conceito de revolução em Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. **Outubro**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.155-177, jan. 2011.

RICUPERO, Bernardo. **Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973[1962].

TRINDADE, Hégio. Burguesia e Estado no Brasil: um balanço crítico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.105-124, jun. 1986.